

# Contabilidade ambiental: uma análise das evidenciações das empresas brasileiras do setor de papel e celulose

*Environmental Accounting: an analysis of the evidences of Brazilian enterprises in the area of paper and cellulose*

*Amanda Julia Justino Piau*

Bacharel em Ciências Contábeis, UNIPAM, graduada em 2012.  
e-mail: amandajuliapiau@gmail.com

*Valério Nepomuceno*

Professor-orientador, UNIPAM  
e-mail: valerionepomuceno@terra.com.br; valerio@unipam.edu.br

---

**Resumo:** O setor de papel e celulose é conhecido pelos danos causados ao meio ambiente. No presente estudo, buscou-se, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, detectar, nas demonstrações contábeis e em outros relatórios, a posição da Klabin S/A e da Suzano Papel e Celulose em relação às questões ambientais, tendo em vista os princípios da Contabilidade Ambiental. Identificou-se que a Contabilidade Ambiental não é utilizada na sua amplitude por não ser obrigatória; no entanto, os relatórios dessas empresas seguem uma política de revelação dos cuidados com meio ambiente, tentando minimizar os seus impactos agressivos. Os resultados alcançados neste trabalho revelam que os danos causados ao meio ambiente, por essas empresas, são registrados nos seus relatórios de maneira velada e sem projetar os seus verdadeiros impactos. Por exemplo, informam os resíduos e os rejeitos, mas não informam os impactos que eles provocam ao meio ambiente, tão pouco as medidas corretivas a serem adotadas.

**Palavras-chaves:** Contabilidade Ambiental. Setor de Papel e Celulose. Klabin S/A. Suzano Papel e Celulose.

**Abstract:** The sector of paper and cellulose is known for its damages caused to the environment. In the present study, through a documental and bibliographical research, we aimed at detecting, in accounting demonstrations and in other reports, the position of Klabin S/A and Suzano Papel e Celulose in relation to environmental matters, considering the principles of Environmental Accounting. We identified that the Environmental Accounting is not completely used because it is not compulsory; however, the reports of these enterprises follow of policy of disclosure of the cares with the environment, trying to minimize the aggressive impacts. The results achieved in this work reveal that the damages caused to the environment by these enterprises are registered in their report in a veiled form and without projecting their true impacts. As for an example, they inform the residues and the waste, but do not inform the

impacts they provoke on the environment neither the corrective measures to be taken.

**Keywords:** Environmental Accounting; paper and cellulose; Klabin S/A. Suzano Papel e Celulose.

---

## 1. Introdução

Grandes indústrias, regra geral, provocam grandes impactos ambientais; e quanto maior o impacto, maiores os seus deveres junto à sociedade e ao meio ambiente. Por serem as empresas do setor de papel e celulose grandes responsáveis pela poluição, devastação e degradação ambiental, despertou o interesse dos *stakeholders*<sup>1</sup>, no sentido de acompanhar as atividades dessas organizações (GRI, 2002).

Nesse sentido, surgem demandas por informações mais acuradas sobre o setor para detectar os reais danos causados ao meio ambiente. Certamente, a contabilidade passa a ser um instrumento importante para evidenciar informações de forma clara, simples e objetiva, sobre o desempenho industrial do setor e suas implicações com o meio ambiente.

Assim, as referências relevantes deste trabalho acerca das agressões ao meio ambiente são as evidências fornecidas pelas empresas do setor com maior respaldo nacional e internacional: Klabin S/A e Suzano Papel e Celulose. Essas organizações se utilizam, hoje em dia, de um instrumento conhecido internacionalmente por Relatório de Sustentabilidade com base nos padrões da GRI – *Global Reporting Initiative*.

Logo, este estudo levantou a seguinte questão: de que maneira as empresas Klabin S/A e Suzano Papel e Celulose, afiliadas a Bracelpa – Associação Brasileira de Celulose e Papel, estão comprometidas com as questões ambientais, a partir dos relatórios contábeis e administrativos?

## 2. Metodologia

Este trabalho baseou-se em uma pesquisa bibliográfica e documental e as amostras foram as empresas Klabin S/A e Suzano Papel e Celulose, consideradas pelo site Exame.com as duas maiores empresas do setor no Brasil em 2010 (AS 15 MAIORES...)<sup>2</sup>.

O trabalho buscará evidenciar de que maneira as empresas Klabin S/A e Suzano Papel e Celulose lidam com a contabilidade ambiental e demonstrar a importância da contabilidade ambiental para essas empresas. Além de verificar, por meio das Notas Explicativas, demonstrações financeiras e relatórios adicionais (relatório de sustentabilidade, relatório de administração, etc.) componentes de agregação conceitual e prática de contabilidade ambiental. Por fim, estabelecerá relações entre a prática contábil e as

---

<sup>1</sup> usuários das informações: clientes, fornecedores, banco e, sobretudo, investidores, dentre outros.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias-melhores-e-maiores/noticias/as-15-maiores-empresas-de-papel-e-celulose>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e outros órgãos responsáveis.

A fundamentação bibliográfica se baseou, basicamente, nas obras de Tinoco e Kraemer (2006), Carvalho (2008), Paiva (2003) e Ferreira (2003) e os principais documentos foram as demonstrações financeiras e os relatórios de sustentabilidade das empresas supracitadas.

Quanto aos fins, a pesquisa desenvolvida foi descritiva e exploratória, já que teve como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, levando em consideração a formulação de problemas mais precisos e, sobretudo, de natureza qualitativa, pois permitiu comparar e ressaltar diferenças e analogias (GIL, 1999).

### ***3. Revisão da Literatura***

#### ***3.1. Responsabilidade Social***

A informação contábil vinculada à responsabilidade social pode ser evidenciada por meio do Balanço Social. Segundo Carvalho (2008), Balanço Social é o demonstrativo que apresenta ações de interação da entidade com área social, abrangendo a economia e até mesmo meio ambiente.

Apesar de ser um tanto difícil para as entidades aceitar a importância da responsabilidade social para o meio ambiente, Martins e Ribeiro (1995 *apud* TINOCO e KRAEMER, 2006, p. 29) lembram que elas precisam dedicar-se ao bem estar da população, empenhando-se na manutenção de condições saudáveis desejadas pelos consumidores.

No entanto, os consumidores estão cada vez mais associando o desempenho socioambiental da empresa ao consumo de seus produtos e isso tem contribuído muito para conscientização dos empresários e da sociedade como um todo.

#### ***3.2. Responsabilidade Ambiental***

O crescimento populacional tem, como consequência, o aumento do consumo, fator de grande relevância para que as atividades manufaturadas tenham sido substituídas por produtos e serviços industrializados e, tempos depois, é possível perceber os resultados dessa ocorrência.

Tinoco e Kraemer (2006) salientam que a população e a produção em larga escala cresceram vertiginosamente em todo o planeta. Em consequência desse aumento populacional, aumentou também o uso das reservas ecológicas de todo o mundo que se valeram, em grande parte, do uso de tecnologias sujas, que geram lixo em bases exponenciais, para produção de bens industriais.

Em 2003, o Brasil ficou conhecido pelo maior desastre ambiental nacional, ou ainda, o maior desastre de água doce. A Indústria Cataguases de Papel Ltda, localizada em Cataguases – MG, rompeu o dique que armazenava as sobras industriais provenientes da produção de papel, rejeito conhecido como lixívia, liberando cerca de 1,2 bilhão de litros de lixívia no Córrego Cágado e, conseqüentemente, no Rio Pomba (O PAPEL..., 2006).

Por motivos como esse, vários projetos ambientais surgiram e surgem todos os dias com propostas de preservação e restauração dos danos causados. Um exemplo disso é o Protocolo de Quioto, um tratado internacional que visa a reduzir a emissão de gases que agravam o efeito estufa (BRASIL)<sup>3</sup>.

No Brasil, existe uma legislação destinada ao meio ambiente. A Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012 (BRASIL, 2012) dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e a Lei de nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998) trata da Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.

Regra geral, qualquer atividade que agrida o meio ambiente gera, por consequência, uma responsabilidade ou uma obrigação. Desse modo, surge a necessidade de inserir nas organizações uma política voltada ao meio ambiente, para que seja possível o posicionamento dessas entidades diante dos problemas ambientais.

### **3.2. Contabilidade Ambiental**

Em face da necessidade de um planejamento que vise ao controle dos recursos ambientais, surgiu, por volta de 1970, a contabilidade ambiental, uma vertente da contabilidade que estuda o patrimônio ambiental das entidades (KRAEMER, 2002).

Ferreira (2003) esclarece que a contabilidade ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas de uma especialização da ciência. Carvalho (2008) complementa que a contabilidade ambiental é o destaque dado pela Contabilidade aos fatos relacionados com o meio ambiente. Para Paiva (2003) além de a contabilidade ambiental ser compreendida como a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, ela é uma importante ferramenta geradora de informações que auxiliam o usuário, servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões.

A partir de 1998, com o surgimento do relatório financeiro e contábil sobre passivos e custos ambientais pelo ISAR - Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios, a Contabilidade do Meio Ambiente foi considerada um novo ramo da Ciência Contábil (KRAEMER, 2002).

#### **3.2.1. Balanço Ambiental**

O balanço ambiental é um demonstrativo composto por ativo e passivo ambiental responsável por evidenciar fenômenos ambientais que ocorram durante determinado exercício em uma organização. (HERCKERT, 2008)

Para Antunes (2000 *apud* BARBOSA *et al*, 2010), o balanço ambiental tem por principal objetivo tornar público toda atitude das entidades que possa influenciar o meio ambiente, e permitir que as demonstrações estejam em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Através do balanço ambiental e utilizando indicadores ambientais específicos, pode ser feito um acompanhamento da ecoeficiência dos processos, além de tornar

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cop/panorama/o-que-esta-em-jogo/protocolo-de-quioto>>. Acesso em: 24 de mar. 2012.

possível uma avaliação quantitativa e possibilitar monitorar e sugerir melhorias para os passivos identificados e valorizar os ativos ambientais.

### **3.2.1.1. Ativo Ambiental**

Ativo ambiental, de acordo com Carvalho (2008), são os bens e direitos da organização que têm relação com a proteção, preservação e recuperação ambiental, e que estão aptos a gerar benefícios econômicos futuros para organização.

O grupo está composto por Ativo Circulante (Clientes Ambientais, Subvenções Ambientais a Receber, Créditos por Serviços de Assessoria Ambiental, Insumos e Embalagens Ambientais), Ativo Realizável a Longo Prazo (Investimentos Participações em Outras Sociedades Ambientais e em Fundos de Investimentos Ambientais), Imobilizado (Equipamentos Ambientais, Instalações Ambientais e respectivas depreciações) e Diferido (Projetos de Gestão Ambiental, Treinamento Ambiental, Gastos de Reorganização Ambiental e Amortização Acumulada Ambiental) (TINOCO e KRAEMER, 2006).

### **3.2.1.2. Passivo Ambiental**

Os passivos ambientais ficaram amplamente conhecidos pela sua conotação mais negativa. Dessa maneira, empresas que o possuem atacaram “significativamente o meio ambiente e, dessa forma, têm que pagar vultosas quantias a título de indenizações a terceiros, multas e recuperação de áreas danificadas”, conforme salientam Ribeiro e Gratão (2000 *apud* TINOCO e KRAEMER, 2006, p.178). O passivo ambiental dá a medida do compromisso das empresas com o meio ambiente. Passivos ambientais elevados revelam descompromisso das empresas com a natureza.

No entanto, Carvalho (2008, p. 132) lembra que “o passivo ambiental também decorre de atitudes positivas da empresa no sentido de representarem obrigações decorrentes de ações na área de recuperação, reparação ou gestão ambiental”.

### **3.2.1.3. Patrimônio Líquido Ambiental**

Sugerido por Tinoco e Kraemer (2006) o Patrimônio líquido deve ser composto por capital social, reservas de lucros subdivida em contingencial para multas por danos ambientais, contingencial para indenizações por danos ambientais, contingencial para aquisição de bens e serviços para proteção e recuperação ambiental, contingencial para impostos verdes e lucros ou prejuízos acumulados.

Ferreira (2003) trata lucro acumulado como lucro ambientalmente correto e, de acordo com a ideia, Carvalho (2008) declara que, ao contrário, o prejuízo ambiental surge no caso de apuração de resultado líquido negativo.

### **3.2.2. Receita Ambiental**

Sabe-se que uma receita é um retorno de valores, um aumento no benefício econômico da empresa, conseqüentemente, do patrimônio líquido. A receita ambiental diverge um pouco do conceito tradicional de receita. Isso porque a receita ambiental é um ingresso oriundo de práticas saudáveis com o objetivo de reduzir os problemas

ambientais. No entanto, a organização não está impedida de obter vantagens econômicas através dessas práticas (TINOCO e KRAEMER, 2012).

### **3.2.3. *Gastos Ambientais***

São considerados gastos ambientais os custos e despesas aplicados direta ou indiretamente às questões de gestão ambiental de uma organização. Martins (1998 *apud* PAIVA, 2003, p. 25) define gasto como o “sacrifício financeiro com que a entidade arca para obtenção de um produto ou serviço qualquer, sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos”.

De maneira geral, são considerados custos os gastos diretamente ligados ao processo produtivo e despesas os gastos relacionados com a administração da empresa como um todo.

### **3.2.4. *Informações Ambientais no Brasil***

Demonstrar os eventos ambientais está relacionado com as atividades da organização e é papel da contabilidade segregar os demais eventos dos eventos ambientais, quantificando e classificando-os de acordo com a sua importância. Vale ressaltar que as informações contábeis devem estar em concordância com os princípios geralmente aceitos.

No Brasil, em especial, as informações de caráter ambiental são evidenciadas por meio de contas de natureza ambiental com referências no relatório da diretoria e em notas explicativas, já que estas são exigidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Sobre o assunto, Paiva (2003, p. 56) diz que, “de forma complementar ao Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, o relatório da administração, as Notas Explicativas e os quadros suplementares” também são formas de evidênciação. No entanto, as organizações restringem-se ao mínimo necessário exigido por lei.

Em 1º de janeiro de 2006, entrou em vigor a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – NBC T 15 – Informação de Natureza Ambiental, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2004), por intermédio da Resolução de nº 1.003/04 de 19 de agosto de 2004. Essa norma estabelece procedimentos para evidênciação da informação de natureza social e ambiental e tem o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

A CVM busca atualizar as evidênciações para que as informações estejam cada vez mais claras. Buscando aprimorar e adequar as evidênciações às normas internacionais, o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2009) correlacionou as Normas Internacionais de Contabilidade, IAS 41, ao pronunciamento técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil e as respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas.

### **3.2.5 *Balanço Social***

O balanço social é “um instrumento de gestão e de informação que visa eviden-

ciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários” (TINOCO e KRAEMER, 2006, p. 87). No Brasil, o balanço social é publicado com base nos padrões estabelecidos pelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), que, apesar de ser bastante escasso de detalhamento, é a única informação existente do tipo. (GRI, 2002)

### 3.2.6. Relatório de Sustentabilidade e os padrões da GRI - Global Reporting Initiative

Acredita-se que, “apesar de os relatórios da administração não apresentarem muitas informações relacionadas ao meio ambiente, existem recomendações no sentido de que sejam incluídas nas descrições dos negócios da empresa [...] o relatório de sustentabilidade” (CHOI e MUELLER, 1992 *apud* PAIVA, 2003, p. 56).

O relatório de sustentabilidade é um relatório que divulga o desempenho econômico, ambiental, social e de governança da organização relatora aos que afetam ou são afetados pelas atividades de uma organização, chamados de *stakeholders*, do inglês “partes interessadas” (GRI, 2002; PAIVA, 2006).

O modelo mais utilizado atualmente no Brasil tem como base os padrões da GRI. A GRI é uma rede de ação global sem fins lucrativos, criada em 1997 por ambientalistas, ativistas sociais e representantes de fundos socialmente responsáveis. As diretrizes foram chamadas de GRI G3 e são utilizadas por grandes empresas, que dizem se preocupar com sua ação ambiental, para divulgação de seus relatórios (GREEN, 2008).

### 3.3. Produção de papel e celulose

No Brasil, a madeira utilizada para a produção de celulose é proveniente dos pinus e de eucalipto, apesar de poder ser obtida através do bambu, babaçu, sisal e resíduos agrícolas (BRACELPA, 2010)<sup>4</sup>.

O processo produtivo da madeira consiste basicamente em cortar a árvore em toras, descascar e cortar em cavacos, juntá-los ao licor branco e elevá-los a uma temperatura de cerca de 170° C, para remoção da lignina. Após, a pasta marrom formada é submetida a reações com peróxido, dióxido de sódio, dióxido de cloro, ozônio e ácido, lavada e transformada em polpa branqueada (O PAPEL, 2006; MIRANDA, 2008; PAPEL, 2012).

#### 3.3.1. Rejeitos criados pela indústria de papel

Os resíduos provenientes da produção de papel trazem grandes danos à saúde e são de um odor terrível. No entanto, os sistemas antipoluentes estão cada vez mais modernos, contribuindo para a redução dos efeitos ou, ao menos, desses odores.

Os resíduos sólidos originados nas indústrias de celulose e papel são alocados de acordo com sua periculosidade, estabelecida pela legislação brasileira na classe III, ou seja, como não perigosos (MIRANDA, 2008).

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.bracelpa.org.br/bra2/?q=node/180> Acesso em: 14 abr. 2012.

O resíduo gasoso resulta de processos químicos que acontecem dentro de grandes indústrias, fazendo com que a combustão de materiais lance resíduos tóxicos na atmosfera, sendo uma das maiores causas para o aumento do buraco na camada de ozônio (COUTINHO, 2011).

Os resíduos líquidos provenientes do setor de papel e celulose, também são conhecidos como resíduos lixiviados e contêm reagentes químicos e matéria orgânica que possuem elevada concentração de óxido de azoto e de materiais tóxicos (O PAPEL, 2006).

## 4. Resultado e Discussão

### 4.1. Caracterização do setor de Papel e Celulose

O setor de papel e celulose é conhecido como um dos setores que mais degradam o meio ambiente; em contrapartida, um dos que geram mais empregos no Brasil e no mundo.

Sobre a degradação, o setor se justifica, sobretudo, apoiando-se em suas florestas plantadas, que não degradariam a natureza. Mas sabe-se que a cultura de eucalipto e pinus é vista, por especialistas, com muito ceticismo.

Sobre a geração de empregos, muitas são as críticas. Há quem diga que assim como existe a “maquiagem verde” ou “*greenwashing*”, entendida como a falsa publicidade ambiental das empresas para criar uma falsa imagem verde, há também o “*jobwashing*”, reconhecido como o marketing social. Acredita-se que geração de empregos é utilizada como arma para se ‘vender’ à sociedade e à opinião pública (Tabela 1).

Segundo De’nadai *et. al.* (2005), as campanhas das próprias empresas e os dados apresentados na mídia não dão maiores detalhes sobre a metodologia utilizada para se chegar aos números, nem esclarecem as categorias de empregos a que se referem. Para o autor, o intuito das organizações é convencer a população de que, de alguma forma, elas são responsáveis por empregos que não são ligados diretamente às suas atividades.

**Tabela 1. Dados socioeconômicos do setor de Papel e Celulose em 2011**

Número de empresas:	222 empresas
Localização:	539 municípios e 18 Estados
Impostos pagos:	R\$ 2,2 bilhões
Exportação:	US\$ 7,2 bilhões
Saldo Comercial:	US\$ 5,1 bilhões
Área Plantada	2,2 milhões de hectares
Área de florestas nativas preservadas:	2,9 milhões de hectares
Número de empregos:	115 mil diretos e 575 mil indiretos
Ranking Mundial (Produção Celulose):	4º lugar com 14.164 mil toneladas
Ranking Mundial (Produção Papel):	10º lugar com 9.844 mil toneladas

Fonte: BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel



## 4.2. Relevância da contabilidade ambiental para as empresas

As informações contábeis podem ser classificadas, de acordo com a sua relevância, sob dois aspectos principais: informações essencialmente contábeis (linguagem contábil) ou informações extracontábeis (relatórios de sustentabilidade).

As informações essencialmente contábeis são as demonstrações financeiras que, de acordo com o IASC (*International Accounting Standards Committee*), abrangem balanços patrimoniais, demonstrações de resultados, demonstrações de fluxos de caixa, notas explicativas e outras informações, como por exemplo, quadros explicativos identificados (MACHADO e NUNES, 2006). Acredita-se que as informações essencialmente contábeis são as demonstrações contábeis obrigatórias.

As demonstrações extracontábeis, ou seja, não obrigatórias e não contábeis (sem o uso das partidas dobradas), podem ser usadas para evidenciar com mais transparência e simplicidade informações que não são trazidas a fundo nas demonstrações tradicionais ou obrigatórias.

O Relatório de Sustentabilidade é um artifício utilizado por uma gama de empresas envolvidas em questões ambientais. No entanto, muitas vezes, esse relatório é utilizado como marketing verde, ou seja, simplesmente para promoção empresarial e justificção de suas ações, muitas vezes, "predadoras". São todos, regra geral, politicamente corretos. O que não é levado em consideração é que existem outros meios de evidencição de informações ambientais, como por exemplo, os balanços ambiental e social.

### 4.2.1. Nível de informação contábil

As informações trazidas no balanço são, sobretudo, quantitativas e podem não transparecer informações que deveriam ser claramente evidenciadas. Por esse motivo, existem as notas explicativas, artifício contábil utilizado para textualizar e esclarecer as informações trazidas no balanço. Muitos autores consideram as notas explicativas a parte mais importante das evidenciações, já que usuários da informação que não possuam conhecimento contábil conseguirão obter informações mais precisas por meio das notas do que de qualquer outra informação obrigatória.

As informações contábeis obrigatórias das empresas analisadas e que são trazidas no balanço e, muitas vezes, esclarecidas em notas explicativas, atendem apenas ao que é exigido em lei. No entanto, a lei ambiental no Brasil caminha a passos lentos e ainda não se aplica, efetivamente, à contabilidade. A contabilidade ambiental e seus artifícios poderiam atender a legislação ambiental do ponto de vista contábil, mas ainda não está inserida no conjunto de demonstrações contábeis obrigatórias.

#### 4.2.1.1. Ativos biológicos

Acredita-se que apesar de não ser utilizado o balanço ambiental para demonstrar contabilmente as informações da Klabin S/A e Suzano Papel e Celulose, pode-se considerar que existe ativo ambiental, já que segundo Carvalho (2008), como já foi dito anteriormente, o ativo ambiental são os bens e direitos da organização que se relacio-

nem com as questões ambientais e as empresas em estudo estão diretamente relacionadas a questões ambientais.

Buscando nas evidenciações das empresas supracitadas vestígios de contabilidade ambiental, foi possível identificar que, atendendo ao CPC, elas utilizam, a partir de 2010, em seu balanço, a conta “Ativo Biológico”. No entanto, nos anos anteriores, atendendo a exigências da CVM, o ativo foi tratado de outras maneiras.

Conforme dados da Tabela 2, entre os anos de 1997 (informações trazidas nas demonstrações de 1998) e 2000, a área florestal da Klabin era classificada em um grupo chamado “Florestas para Corte”, em que, segundo a mesma empresa, a parcela classificada no ativo circulante era determinada pela estimativa de cortes que ocorreriam no exercício seguinte; a expectativa era de três cortes por floresta formada.

**Tabela 2. Saldo por exercício das contas referente ao Ativo Biológico**

Conta Contábil	Anos	Empresas	
		Klabin S/A	Suzano Papel e Celulose
Florestas para Corte	1997	110.968	-
	1998	108.523	-
	1999	107.033	-
	2000	105.409	-
Florestas e Reflorestamento	2001	372.368	-
	2002	371.034	-
	2003	292.665	-
	2004	300.334	-
	2005	335.949	-
	2006	404.860	647.986
	2007	522.171	742.670
	2008	730.414	865.157
	2009	799.608	1.086.873
Ativos Biológicos	2010	2.762.879	1.811.094
	2011	2.715.769	2.406.595

Fonte: Demonstrações financeiras disponíveis no *website*<sup>5</sup> das próprias empresas.

A partir de 2001, atendendo a CVM, houve uma reclassificação nas demonstrações financeiras. O ativo florestal, que antes era evidenciado por meio da conta “Florestas para Corte em curto e longo prazo”, passou a ser tratado dentro do grupo “Ativo Imobilizado”. Houve também a criação da conta “Florestamento e Reflorestamento” na Klabin e “Reflorestamento” na Suzano.

De 2010 em diante, as demonstrações financeiras consolidadas passaram a ser apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS - *International Financial Reporting Standards*), conforme determinado pelas instruções CVM 457/07 e CVM 485/10. Desse modo, obedecendo ao CPC 29, as empresas Klabin e Suza-

<sup>5</sup> Disponível em [www.klabin.com.br](http://www.klabin.com.br) e [www.suzano.com.br](http://www.suzano.com.br), Acesso em: 28 jul. 2012

no declaram que os ativos biológicos que são representados por florestas e que antes eram classificados dentro do ativo imobilizado devem ser alocados para um grupo específico dentro do ativo não circulante, chamado “Ativos Biológicos”. Eles serão reconhecidos por seu valor justo, líquido dos custos para colocação destes ativos em condição de uso ou venda.

Acredita-se que a criação da conta denominada “Ativos Biológicos” tem por finalidade tratar os ativos biológicos e produtos agrícolas em uma conta de nomenclatura adequada. No entanto, os CPC 29 e CPC 16 – Estoque, dentre outros, poderiam determinar algo mais específico para as indústrias, obrigando-as a trazer informações mais precisas acerca dos fenômenos ambientais, já que, de outro modo, as empresas não fornecem informações, apenas aquelas que são obrigatórias.

#### 4.2.1.2. Estoques de orgânicos e inorgânicos

Empresas do setor de papel e celulose se utilizam de vários produtos químicos para transformar a matéria prima em celulose e, posteriormente, em papel. Esses produtos são usados sobretudo na fase de branqueamento, onde a pasta marrom é submetida a reações com peróxido de hidrogênio, dióxido de sódio, dióxido de cloro, ozônio e ácido.

No entanto, as empresas em estudo, Klabin e Suzano, não registram em seus balanços os referidos agentes tóxicos. As contas componentes do estoque não especificam o seu conteúdo, tampouco nas Notas Explicativas. De todo modo, as normas contábeis não atentam para uma melhor transparência desses estoques (Tabela 3), o que fez reduzir a importância da informação contábil.

**Tabela 3. Saldo das contas de estoques em 2011**

Conta Contábil	Empresa	
	Klabin S/A	Suzano
Produtos acabados	129.714	292.792
Produtos em elaboração	-	17.298
Matérias-primas	122.456	209.818
Madeiras e toras	111.193	-
Combustíveis e lubrificantes	6.731	-
Material de manutenção	128.982	-
Materiais de manutenção e outros	-	231.940
Provisão para perdas	-3.127	-29.447
Outros	10.269	
<b>Total</b>	<b>506.218</b>	<b>722.401</b>

Fonte: Demonstrações financeiras disponíveis no *website* das próprias empresas.

##### 4.2.1.2.1. Estoques de orgânicos e inorgânicos na Klabin S/A

Apesar de os resíduos não serem evidenciados nas demonstrações contábeis obrigatórias, as informações sobre os resíduos gerados, sua destinação e quantidade,

são registradas no Relatório de Sustentabilidade (2011) (Tabela 4), ou seja, evidenciadas por meio de informações extra contábeis.

**Tabela 4. Resíduos da Klabin S/A em 2011 por tonelada e destinação**

Resíduos	Peso (toneladas)	Destinação
<b>Perigosos</b>	<b>582,28</b>	
Resíduos de caixa separadora de óleo e água	5,00	Reciclagem
Óleo lubrificante usado	119,00	Reciclagem
Pilha e baterias	5,00	Reciclagem
Resíduos de Informática	11,00	Reciclagem
Resíduos Classe I	66,00	Incineração
Resíduos Classe I	288,00	Aterro
Lâmpadas fluorescentes	5,00	Descontaminação
Toalhas industriais	83,00	Descontaminação
Resíduos de saúde	0,28	Descontaminação
<b>Não perigosos</b>	<b>1.113.452,00</b>	
Big bags	1.556,00	Reciclagem
Bombonas e contêineres	1.879,00	Reciclagem
Cal virgem	675,00	Aterro
Casca de madeira	31.045,00	Aproveitamento
Cascas e restos de madeira	602.503,00	Incineração
Cinza de biomassa	43.783,00	Aproveitamento
Grits e dregs	17.783,00	Aterro
Lama de cal	115.973,00	Aproveitamento
Lodo da ETE (primário, secundário biológico)	129.273,00	Aproveitamento
Madeira	5.856,00	Reciclagem
Massa de celulose	937,00	Reciclagem
Materiais diversos	551,00	Compostagem
Materiais não recicláveis	7.918,00	Aterro
Óleo vegetal	2,00	Reciclagem
Plásticos	350,00	Reciclagem
Pneus inservíveis/ borracha	63,00	Reciclagem
Refugos e refiles de papel e papelão	63.480,00	Reutilização
Rejeitos de processos	7.778,00	Aterro
Resíduos de alumínio/plástico	7.530,00	Reciclagem
Resíduos de cola/tinta	455,00	Aterro
Resíduos de construção civil	26.825,00	Reciclagem
Resíduos orgânicos e de restaurante	17.534,00	Aterro
Resíduos de areia	11.169,00	Aterro
Resíduos de EPI	1,00	Aterro
Resíduos de fossa séptica	43,00	Reciclagem
Resíduos de isolamento	15,00	Aterro
Resíduos metálicos	18.461,00	Reciclagem
Telas e feltros	9,00	Reciclagem
Vidro	5,00	Reciclagem

Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2011 Klabin S/A, disponível no *website* da empresa.

#### 4.2.1.2.2. Estoques de orgânicos e inorgânicos na Suzano Papel e Celulose

As informações fornecidas pela Suzano são bem mais concisas do que aquelas da Klabin. Assim como a concorrente, apesar de os resíduos não serem evidenciados nas demonstrações contábeis obrigatórias, no Relatório de Sustentabilidade (2011) é trazido um levantamento acerca dos resíduos gerados (Tabela 5), ou seja, ainda que de maneira extra contábil essa informação é evidenciada.

**Tabela 5. Posição dos resíduos da Suzano Papel e Celulose em 2011**

Descarte Total de água, por qualidade e destinação	Vazão de efluentes líquidos descartados no rio	641.247 m <sup>3</sup> /h
	Carga orgânica (DBO5) no efluente final (total)	1.920,33 t
	Demanda química de oxigênio (DQO) no efluente final (total)	32.116,07 t
	Halogênios Absorvíveis (AOx) no efluente final (total)	156,85 t
Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	Resíduos perigosos	180,99 t
	Resíduos não perigosos	667.015,30 t
Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia	Reutilização	19.120,16 t
	Reciclagem	96.816,00 t
	Recuperação	2.609,70 t
	Incineração	1.783,16 t
	Aterro sanitário	287.765,60 t
	Armazenamento no local	175.756,36 t
	Compostagem	1.694,70 t

Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2011 Suzano disponível no *website* da empresa.

#### 4.2.1.3 Passivo Ambiental das empresas em estudo

No Relatório de Sustentabilidade (2011) da empresa Klabin S/A, a expressão “passivo ambiental” foi citada apenas uma vez e para eliminar as expectativas de encontrar qualquer declaração de crime ambiental. Segundo eles, o risco de criação de um passivo ambiental foi eliminado após a retirada de cerca de 230 mil metros cúbicos de antigos rejeitos de carvão de uma área que seria alagada para a construção da usina hidrelétrica Mauá (PR), destinando-os para novo aterro industrial construído na Fazenda Monte Alegre-PR.

Apesar de a empresa Klabin declarar não existir risco de criação de um passivo ambiental, declara que a eficiência das Estações de Tratamento de Efluente das fábricas de papéis para a remoção de DBO5 (Demanda Bioquímica de Oxigênio) é cerca de 85,5%, e que a Unidade Monte Alegre (PR) dispõe de um sistema de tratamento de efluentes com capacidade para tratar 40% dos resíduos gerados no processo fabril. Ou seja, os outros 60% dos resíduos não são tratados e, conseqüentemente, deveriam gerar um passivo ambiental, já que, segundo Paiva (2003), quando for confiável dizer que haverá uma obrigação e caso elas apresentem valores e prazos incertos, deverá ser feita

uma provisão contábil. Isso não ocorreu. A Klabin não oferece também qualquer margem de segurança quanto aos possíveis danos a serem causados pelos resíduos não tratados. Sequer, como foi dito, houve o provisionamento contábil para cobrir eventuais danos.

Em seu Relatório de Sustentabilidade (2011), a Suzano Papel e Celulose declara que não recebeu multas ou outras sanções.

O passivo ambiental também existe quando dívidas são contraídas com o intuito de investir em questões de desenvolvimento ambiental. Carvalho (2008) atenta para o fato de que passivo ambiental não pode ser tratado apenas no seu significado pejorativo, mas decorre também de atitudes legais em prol de práticas para o melhoramento ambiental de uma organização.

As empresas Klabin S/A e Suzano contraíram dívidas referentes a empréstimos e financiamentos. Ocorreram também alguns investimentos ambientais, no entanto, não foi possível identificar em seus informativos para quais fins esses valores foram revertidos, ou seja, não é sabido se os investimentos ambientais foram financiados por empréstimos contraídos unicamente para esse fim.

A empresa Suzano contratou financiamento para o projeto de expansão da indústria do Maranhão e, no âmbito do projeto de ampliação do Nordeste, concluíram, no município de Monsenhor Gil (PI), o viveiro de mudas de eucalipto mais moderno do mundo e acredita-se ser este um investimento ambiental.

#### 4.2.2 *Relatórios de Sustentabilidade*

Alguns autores acreditam que grande parte das empresas utiliza-se do Relatório de Sustentabilidade para expressar um falso marketing de geração de empregos e a utopia das florestas plantadas. No entanto, o intuito principal deste relatório deveria ser evidenciar as reais informações sociais e ambientais da organização, que não são trazidas nas demonstrações contábeis obrigatórias, ou seja, nas evidenciações tradicionais.

A síntese do processo de produção certamente deveria ser abordada no Relatório de Sustentabilidade, transparecendo acima de tudo os agentes tóxicos utilizados para transformar a madeira em papel, a consequência desses agentes no meio ambiente, o que é feito para reduzir os seus efeitos, a maneira como esses agentes tóxicos são estocados, a justificativa ambiental para isso. Além disso, deveria evidenciar a classe de resíduos tóxicos nos quais eles estão inseridos e o que eles fazem para reverter essa situação e substituir esses produtos.

Acredita-se que o “*jobwashing*” existe, em suma, pelo fato de não se justificarem os dados de geração de emprego. É pouco provável que um setor composto por 222 empresas esteja satisfeito com suas questões sociais, levando-se em consideração que contratam cerca de 115 mil empregos diretos. A média é de 518 funcionários por organização. Para um setor que traz tantos danos à sociedade e faturou, segundo dados da Bracelpa, em 2011, cerca de 2.466 bilhões, esse número não é tão relevante assim, levando-se em conta que empresas com faturamento bem menor possuem uma empregabilidade bem maior.

## 5. Considerações finais

A preocupação com o meio ambiente é um fator de inclusão empresarial. No entanto, para que as organizações sejam reconhecidas pelas suas atitudes sustentáveis, é preciso informar a sociedade sobre essas ações. A divulgação das informações torna seus usuários mais conscientes da realidade da organização.

A contabilidade ambiental é capaz de identificar dados e registros de eventos ambientais, além do registro de todo o processo de produção industrial, e é uma ferramenta importante para gerar e divulgar informações que auxiliem o usuário, servindo como parâmetro em sua tomada de decisões. Mas, apesar de seus benefícios, a contabilidade ambiental, por não ser obrigatória, ainda não é utilizada completamente pelas organizações.

Por meio deste estudo, foi possível concluir que as empresas Klabin S/A e Suzano Papel e Celulose não se utilizam da contabilidade ambiental, em toda sua essência, para evidenciar suas informações ambientais. Isso acontece, sobretudo, pelo fato de as leis ambientais no Brasil não se aplicarem efetivamente à contabilidade.

A prática contábil está diretamente ligada à obrigatoriedade, ou seja, as evidências contábeis seguem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e CVM. As empresas em estudo transferiram os bens florestais do ativo imobilizado para a conta "Ativos Biológicos", de acordo com as especificações do CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. E isso só foi feito porque houve determinação dos órgãos competentes.

Cabe ressaltar que a Klabin e a Suzano se utilizam de madeira proveniente das florestas plantadas, atendendo, dessa forma, o que determina o Código Florestal. Isso mostra que elas estão comprometidas com as questões ambientais por força da lei, assim como com as evidenciações contábeis, naquilo que é obrigatório.

O Relatório de Sustentabilidade, com base nos padrões da GRI, foi o artifício utilizado pelas organizações Klabin S/A e Suzano Papel e Celulose para evidenciar aquilo que se refere ao meio ambiente.

Levando-se em consideração os padrões da GRI, as empresas em estudo se mostraram comprometidas com as questões ambientais. No entanto, a organização GRI indica apenas as informações que devem ser apresentadas, mas não dita formatos. Desse modo, as companhias podem evidenciar as informações da maneira que acreditarem ser mais viável. Além disso, no relatório de sustentabilidade, as informações são apresentadas de forma qualitativa, sem incluir, muitas vezes, importantes dados quantitativos.

De todo modo, a contabilidade ambiental é um passo importante para as organizações, pois, por meio da demonstração da relação da empresa com o meio ambiente e com as questões sociais, elas poderão desfrutar da vantagem competitiva que é fornecer bens e serviços ambientalmente corretos, além de benefícios como: um maior interesse por parte dos funcionários, redução das taxas e multas provenientes dos danos ambientais, redução dos custos de produção e de armazenamento de resíduos, redução dos resíduos por meio do melhoramento de práticas de produção e, até mesmo, beneficiamento diante de negociação com seguradoras, através de suas reservas financeiras ambientais e nas práticas gerenciais aplicadas ao meio ambiente.

Em suma, essa pesquisa objetivou demonstrar de que maneira as empresas Klabin S/A e Suzano Papel e Celulose estão comprometidas com as questões ambientais, a partir das evidências contábeis. Constatou-se, então, que elas não estão comprometidas com o meio ambiente do ponto de vista da evidenciação contábil.

De todo modo, identificou-se que as empresas em estudo estão se adaptando às exigências socioambientais, evidenciando suas posturas por meio do Relatório de Sustentabilidade e, além disso, por meio da prática contábil, naquilo que é norma estabelecida pelo Conselho Federal de Contabilidade e outros órgãos responsáveis.

### *Referências*

AS 15 MAIORES empresas de papel e celulose. Disponível em:

<<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias-melhores-e-maiores/noticias/as-15-maiores-empresas-de-papel-e-celulose>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

BRACELPA. *Celulose*, 2010. Disponível em:

<<http://www.bracelpa.org.br/bra2/?q=node/180>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

BRACELPA. *Dados do setor*: agosto 2012. Disponível em:

<<http://www.bracelpa.org.br/bra2/sites/default/files/estatisticas/booklet.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2012.

BRACELPA. *Florestas plantadas*, 2010. Disponível em:

<<http://www.bracelpa.org.br/bra2/?q=node/134>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

BRACELPA. *História do papel no Brasil*, 2007. Disponível em:

<<http://www.bracelpa.org.br/bra/saibamais/historia/index.html>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)>. Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2012/Lei/L12651.htm#art83](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Lei/L12651.htm#art83)>. Acesso em: 31 mar. 2012.

BRASIL. Protocolo de Quioto. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/cop/panorama/o-que-esta-em-jogo/protocolo-de-quioto>>. Acesso em: 24 de mar. 2012.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. *Contabilidade ambiental: teoria e prática*. 2 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2008. 218 p.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1.003, de 19 de agosto de



2004. Dispõe sobre Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2004/001003](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003)>. Acesso em: 31 mar. 2012.

COUTINHO, Flavio. Resíduos gasosos industriais. *Culturamix.com*, [s. c.], p. 1-1. 25 nov. 2011. Disponível em: <<http://meioambiente.culturamix.com/desastres-naturais/residuos-gasosos-industriais>>. Acesso em: 22 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Pronunciamento Técnico CPC 29, de 7 de agosto de 2009. Ativo Biológico e Produto Agrícola. Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_29.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_29.pdf)>. Acesso em 22 set. 2012.

DE'NADAI, Alacir *et al.* *Promessas de emprego e destruição de trabalho: o caso Aracruz Celulose no Brasil*. Coleção do WRM sobre as plantações, mai 2005. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/fase.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2012.

FERREIRA, A. C. de S. *Contabilidade ambiental: uma informação para o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas em pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). *Directrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade*, 2002. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2012.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. *Elaboração de relatórios de sustentabilidade*. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/languages/Portuguesebrazil/Pages/Elabora%C3%A7%C3%A3o-de-relat%C3%B3rios-de-sustentabilidade.aspx>>. Acesso em: 22 set. 2012.

GREEN MOBILITY. *O que é Global Reporting Initiative (GRI)?* 23 jul. 2008. Disponível em: <<http://greenmobility.wordpress.com/2008/07/23/o-que-e-gri/>>. Acesso em: 22 set. 2012.

HERCKERT, Werno. *Balanço ambiental*, 2008. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/economia/balanco-ambiental.htm>>. Acesso em: 22 set. 2012.

KLABIN. *Klabin*. Disponível em: <<http://www.klabin.com.br/pt-br/home/default.aspx>> Acesso em: 28 jul. 2012.

KLABIN. *Relações com investidores*. Disponível em: <<http://ri.klabin.com.br/ptb/s-6-ptb.html?idioma=ptb>> Acesso em: 28 jul. 2012.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. *A contabilidade do meio ambiente impactando o sistema de gestão ambiental*. Vale do Itajaí, 2002. Disponível em: <<http://www.gestipolis.com/canales5/ger/acondomei.htm>>. Acesso em: 22 set. 2012.

MACHADO, Nilson Perinazzo; NUNES, Marcelo Santos. A evidenciação das informações contábeis: sua importância para o usuário externo, in: *Business review*, Porto Alegre: Unifin, n. 1, p. 111-123, 1 sem. 2006. Disponível em: <<http://www.unifin.com.br/Content/arquivos/20080416134816.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2012.

MIRANDA, Roselane Estela dos Santos de. *Impactos ambientais decorrentes dos resíduos gerados na produção de papel e celulose*. 2008. 28 f. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www.if.ufrj.br/inst/monografia/2008II/Monografia\\_Roselane.pdf](http://www.if.ufrj.br/inst/monografia/2008II/Monografia_Roselane.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2012

NETO, Oscar. Você sabe o que é Greenwashing? *Empresa Verde*, 19 mai. 2011. Disponível em: <<http://empresaverde.blogspot.com.br/2011/05/voce-sabe-o-que-e-greenwashing.html>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

O PAPEL e os impactos de sua produção no ambiente. *Ecolnews*, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.ecolnews.com.br/papel.htm>>. Acesso em: 14 set. 2012.

PAIVA, Paulo Roberto de. *Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção*. São Paulo: Atlas, 2003.

PAPEL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2012. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Papel&oldid=32267142>>. Acesso em: 29 set. 2012.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. *Relação com investidores*. Disponível em: <<http://ri.suzano.com.br/ptb/s-7-ptb.html>>. Acesso em: 05 maio 2012

SUZANO PAPEL E CELULOSE. *Sustentabilidade*. Disponível em: <<http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/relatorio-de-sustentabilidade.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas, 2006.